



X Fórum Nacional NEPEG

de Formação de Professores de Geografia

percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: A ESCOLA INDÍGENA TATAKTI KYIKATEJÊ – ALDEIA GAVIÃO – BOM JESUS DO TOCANTINS - PARÁ

Dionel Barbosa Ferreira Júnior
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
dioneljunior41@gmail.com

Robson Alves dos Santos
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
robson.alves@msn.com

Karleison Coelho Paixão
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
karleisoncoelho@gmail.com

Resumo: A formação inicial em seus determinados momentos propicia experiências que transcendem o âmbito acadêmico, sendo a disciplina de estágio supervisionado responsável por proporcionar o contato com o meio escolar. O estágio à docência possibilita aos discentes o conhecimento, relacionando teoria e prática na docência. Portanto, o presente artigo possui o objetivo de explicar acerca da experiência vivida durante o estágio docente III, dos alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará que se deu na escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tatakati Kyikatejê, localizada na reserva indígena no município de Bom Jesus do Tocantins - Pará. Entender a diferenciação da educação escolar indígena e a educação escolar fornece aos acadêmicos maneiras diferentes de se ver o mundo, respeitando e lidando com a pluralidade presente no eixo educacional, ponto esse que agrupa e junta os demais indivíduos à sociedade.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado; Ensino de Geografia; Educação Escolar Indígena.

Introdução

É por intermédio do estágio docente que há a possibilidade de correlacionar as discussões teóricas do meio acadêmico com as praxes vivenciadas nos espaços subsequentes à formação inicial, instigando os discentes novas maneiras de pensar, agir e colaborar com os profissionais da rede básica de ensino. Piconez (1991) menciona a relação entre teoria e prática, o que permite refletir a respeito do papel das instituições de ensino que não devem se limitar ao desenvolvimento em arcabouço teórico, mas transpor tal campo e partir para princípios práticos.

Pimenta (2010) parte do princípio que o estágio supervisionado não deve ser tratado como apenas um componente curricular, e sim como importante parte do processo de preparação na condição de docentes, tendo perspectivas da carreira a ser seguida. A convivência com o cotidiano escolar concede uma troca mútua de experiências, tanto para os discentes em partes metodológicas, quanto aos professores excedidos de carga horária e sem tempo para planejamentos, solicitando assim o apoio dos acadêmicos presentes.

O PPC (Plano Pedagógico do Curso) tem o intuito de nortear os fundamentos da gestão administrativa e pedagógica, o que auxilia na condução do processo de ensino-aprendizagem. O curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) oferta a disciplina de estágio docente subdividida como prática de extensão em três momentos: o estágio I sendo considerado o primeiro contato com o espaço escolar, voltado para as turmas de ensino fundamental/anos finais (6º ao 9º ano), estágio II em uma instituição escolar de ensino médio e por fim, o III com enfoque em instituições escolares ou não-escolares da educação inclusiva.

O referente trabalho surgiu através da disciplina de estágio supervisionado III e possui como objetivo relatar acerca das experiências adquiridas enquanto graduando do curso de Geografia da Unifesspa. Desse modo, cabe aqui analisar a educação regular presenciada no estágio docente III na perspectiva do ensino inclusivo, no qual visa uma educação de qualidade para todos, abrangendo os povos tradicionais, como no caso dos povos indígenas da aldeia Gavião, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins – Pará.

Materiais e métodos

Para a elaboração desse trabalho os procedimentos metodológicos se deram por meio de etapas a serem seguidas, como a percepção do espaço escolar e a relação dos alunos, as observações das aulas de Geografia feita pelos discentes da universidade, a regência como requisito de avaliação da disciplina e momento de interação entre os futuros docentes com os alunos, e por fim as análises bibliográficas para a construção de ideias e debates posteriormente.

Educação escolar indígena e educação indígena

Considerando que o estágio docente ocorreu em uma escola indígena, cabe aqui uma discussão a respeito dessa temática, sendo necessário a princípio fazer alusão histórica do processo de educação imposta pelos portugueses como modo de soberania sob os povos nativos que aqui viviam. O ato de ensinar chega através das escolas instituídas em território nacional brasileiro por meio da primeira missão jesuítica enviada de Portugal por D. João III.

Como forma de conquistar a confiança e aprender a língua nativa, a catequização surgiu como mediação para que fosse possível se aproximarem dos indígenas. Os primeiros contatos entre jesuítas e índios foram marcados por momentos ora em clima de grande hostilidade, ora de forma muito amistosa. Na visão dos catequizadores, alguns índios se mostravam resistentes, precisando assim serem pacificados, já que eram vistos como selvagens. Essa resistência à escravização teve como consequências conflitos sangrentos com os colonizadores ao longo de todo processo de ocupação do território brasileiro.

Em relação aos marcos legais, a Constituição de 1988 impulsionou para que houvesse mudanças significativas para os povos indígenas. Foi assim, estabelecido segundo o Ministério da Educação (MEC) que no contexto da educação escolar, as entidades indígenas mantivessem as atividades de caráter educativo que, aos poucos, passaram a constituir uma rede de programas educacionais para as populações indígenas no Brasil. No documento do MEC (2007) é dito que:

A partir dela a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas se transforma e a política estatal indigenista, de caráter integracionista e homogeneizador, vigente desde o período colonial, dá lugar a um novo paradigma, no qual esses povos passam a ser considerados como sujeitos de direitos. (MEC, p.15)

No contexto atual da globalização, os povos tradicionais, sobretudo os indígenas procuram na resistência, a forma de como dignificar sua identidade, usando dessa maneira da educação como um dos subsídios para manter as singularidades culturais. Dessa maneira, compreende-se que a escola leva em conta os conhecimentos tradicionais com a finalidade de manter tais tradições. Portanto, torna-se relevante compreender a distinção acerca da concepção de educação indígena e educação escolar indígena.

Gomes e Gomes (2013) definem a educação indígena enquanto processo em que os povos têm como objetivo a valorização, sobrepondo os saberes, costumes e crenças dos indígenas, de modo que seja repassado dos mais antigos aos mais jovens da aldeia. Portanto, o âmbito familiar indígena engendra a interação através do convívio com os pais, avós, irmãos e demais membros da família, sejam por uso da comunicação oral ou visual, mantendo assim, os interesses gerais da comunidade indígena.

O que se evidenciou foi a necessidade de aprender sobre os conteúdos universais, os mesmos discutidos com enfoques em processos seletivos como Enem e outras provas. A princípio havia uma certa desconfiança com relação a esse tipo de educação, pois imaginava que seria uma maneira de aculturação, ou seja, apropriação de culturas sob os indígenas. Santos e Faria (2016, p.5) definem educação escolar indígena como:

Modelo de educação escolar assumida pelos próprios indígenas, com espaços e estruturas físicas apropriadas, com educadores e professores conhecedores de sua cultura, falantes da língua do seu povo da comunidade para melhor repassar aos alunos indígenas os conhecimentos tradicionais da própria cultura, é o espaço onde todos buscam construir uma nova política educacional, ao mesmo tempo aprendem os conhecimentos dos não indígenas junto com os conhecimentos tradicionais. (Santos e Faria, 2016, p. 5)

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tatakti Kyikatejê

O estágio supervisionado III ocorreu na escola E.E.I.E.F.M Tatakti Kyikatejê, na aldeia Gavião Kyikatêjê, localizada a 15 km de Bom Jesus do Tocantins – PA as margens da Br 222, dentro da reserva indígena Mãe Maria no município de Bom Jesus do Tocantins – PA. Conforme a figura abaixo apresenta:

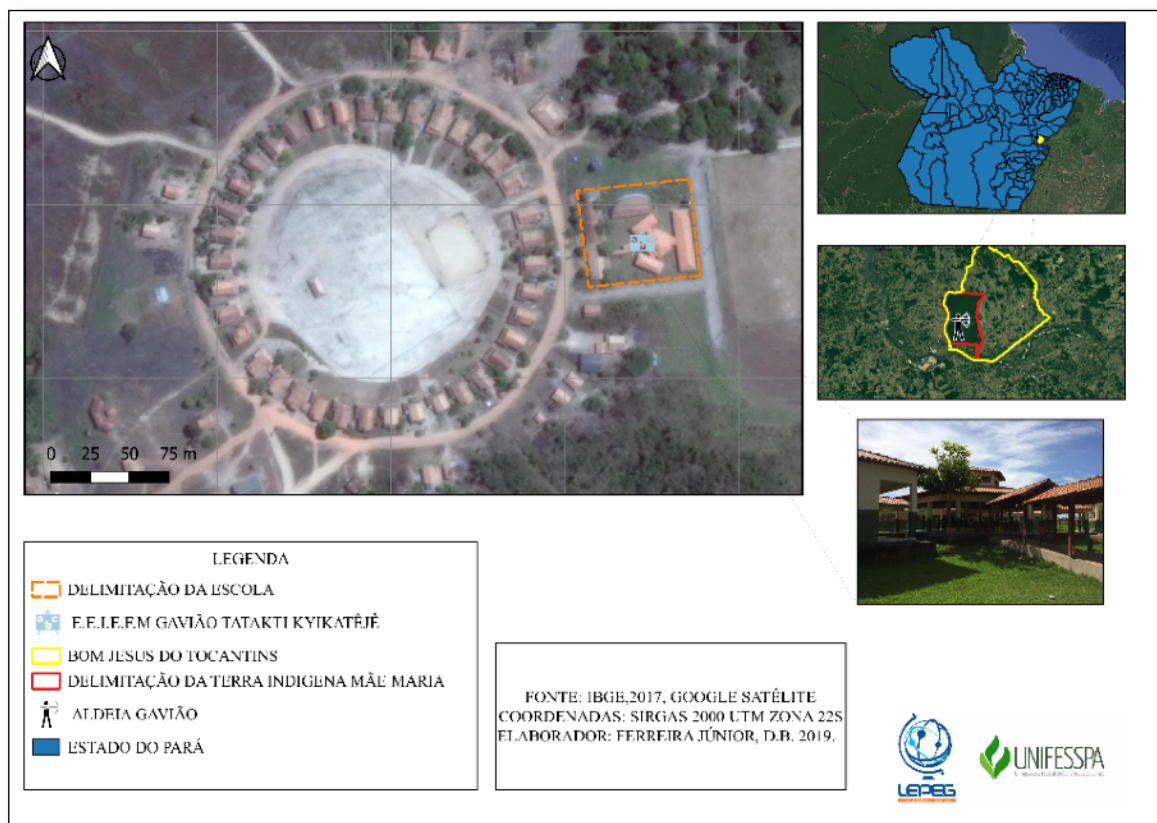


Figura 1: Mapa de localização da Aldeia Gavião Kykatejê.
 Fonte: Ferreira Júnior, D.B. (2019)

Saiki (2015, p.27) afirma que a disciplina de estágio “deve considerar como uma instrumentalização fundamental no processo de formação profissional de professores”, diante disso presencia-se então a importância que os estágios possuem, ao proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura a aproximação e interação com os sujeitos e o âmbito escolar. O período de estágio se deu em quatro momentos, nos dias: 10, 17, 24 de abril e 8 de maio de 2019 nos períodos matutino e vespertino. Para a realização da disciplina, cabe mencionar que esta dispõe de processos avaliativos, como no caso da observação do espaço escolar.

As questões contemporâneas invadem todos os contextos geográficos, como forma de hegemonia, o que provoca um etnocídio, ou seja, a “morte” de uma cultura e consequentemente a perda da língua nativa, dessa maneira ao longo do espaço escolar é nítido o como a língua “raiz” ainda pretende ser preservada, por meio de alfabetos e brincadeiras que utilizam as letras indígenas. Tudo isso em prol da valorização da educação indígena, como as figuras (2 e 3) apresentam abaixo.



Figura 2: Jogos na língua indígena
Fonte: Paixão, K.C (2019)



Figura 3: Representações da língua indígena ao longo da escola.
Fonte: Paixão, K.C (2019)

A interculturalidade presente na escola E.E.I.E.F.M Tatakti Kyikatejê

Outro ponto a ser destacado é a presença dos chamados “interculturais” que são professores indígenas que possuem a licença para lecionar qualquer disciplina do ensino fundamental maior, do 6º ao 9º. Dessa maneira, Candau (2009, p. 170) faz a devida reflexão acerca desse tipo de educação, quando relata que:

[...] a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc.

A escola possui um corpo docente estruturado com a presença de 15 professores, sendo que 6 professores são formados nessa área. Ficando evidente, o quão há a preocupação em manter os costumes locais e a valorização dos estudos indígena. O modelo de educação geográfica visa atender os anseios da comunidade, correlacionado os conteúdos aos conhecimentos empíricos dos jovens, porém, essa questão não se limita à ciência geográfica.

Portanto, a Universidade Estadual do Pará é responsável por ofertar o curso de interculturalidade, visando os seguintes objetivos:

Quadro 01 – Objetivo do curso de Interculturalidade.

Objetivo Geral
O curso, de caráter intercultural, tem como objetivo formar professores indígenas, para atuar na Educação Básica com foco em uma das seguintes áreas de concentração: Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemáticas; Linguagens e Artes

Fonte: Site da Universidade Estadual do Pará

Quadro 02 – Objetivos específicos do curso de Interculturalidade ofertado pela UEPA

Objetivos específicos
Possibilitar um processo de formação na cultura e forma de pensamento indígena que possa estar orientado para a melhoria das condições de vida, através da apropriação crítica de bens culturais e recursos tecnológicos advindos de outras sociedades;
Propiciar práticas pedagógicas que gerem reflexões e ações sobre o papel da escola na defesa da cultura, do território e dos direitos, bem como na valorização intercultural;
Subsidiar a elaboração de propostas curriculares, materiais didáticos, sistema de avaliação e calendários escolares adequados às necessidades e interesses de cada povo indígena proponente.

Fonte: Site da Universidade Estadual do Pará

Fase de planejamento e execução da regência

As regências tiveram como intuito abordar a temática “cidade e suas representações”, assemelhando o conteúdo a partir do conhecimento prévio dos alunos, possibilitando o desenvolvimento do saber que o aluno já detém. Conforme Vigotsky (1998) afirma que *“o nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente.”*

As referências utilizadas para a elaboração do plano de aula foram pautadas em artigos como “trilhas urbanas: a cidade e o ensino de geografia” de Guimarães (2012) e Lopes (2012), o artigo com título “O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia” de Rocha (2006) e Amoras (2006), essa última referência foi importante para o embasamento da atividade que ocorreu no 9º ano, na qual os alunos elaboraram desenhos e texto explicativo acerca do conceito de cidade. Representadas nas figuras 4 e 5, logo abaixo.

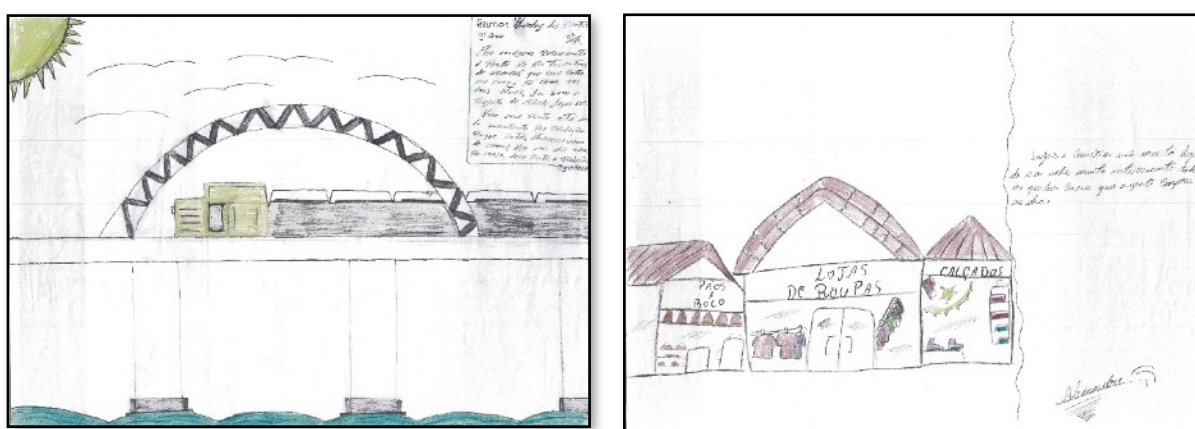


Figura 4 e 5 - Ilustrações feita pelos alunos.
Fonte: Alunos (2019)

Os usos de desenhos conforme mostrado acima são de suma importância pois segundo Paganelli (2007, p.293) tornasse um “elemento de análise sobre o desenvolvimento cognitivo de certa realidade representada pelo aluno”, ressaltando a dificuldade que os alunos indígenas tem em relação a oralidade, sendo os desenhos e a pintura maneiras em que eles se expressam de forma mais significativa. A partir desse momento foi planejado o slide no Power point como material de apoio a aula, na qual inserimos os desenhos, apresentamos e discutimos as representações de cidade, segundo a percepção deles. Para a regência utilizamos como material didático o “Pensando a cidade e o urbano” de Silva (2009) e Macêdo (2009), com o intuito de demonstrar as transformações nas dinâmicas das cidades de modo geral.

Considerações finais

Evidenciou-se, a importância do estágio supervisionado para a formação dos discentes do curso de geografia cabendo aqui a ressalva acerca do contexto em que foi realizada a disciplina, dando enfoque nos âmbitos escolares ou não-escolares da educação inclusiva. O ambiente na qual os graduandos foram inseridos corroboraram para reflexões e maneiras de se fazer a educação, de modo que os professores compreendam o meio social em que os alunos estão inseridos.

O contato com os povos indígenas e sua relação com a educação, nos mostra o papel importante dessa variável, uma vez que agrega esses sujeitos à sociedade, sem necessariamente a perda dos seus costumes, crenças e valores. A educação é vista como prioridade pela aldeia Kyikatejê, pois para esses povos é através da mesma que se reivindica e luta pelos direitos, como uma forma de inclusão dos povos tradicionais.

Referências

- Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental-Brasília: MEC/SEF,1998.
- PASSINI, E.Y, PASSINI, R.; MALYSZ, S.T. **Práticas de ensino de Geografia e estágio supervisionado.** (orgs.) SãoPaulo: Contexto,2007.
- GOMES, G.C, GOMES, N.C. **A importância da educação escolar no processo de Valorização da identidade indígena.** Paraná, 2013.
- SAIKI, K, GODOI, F.B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. **In: Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA, V. A, REBOLO, F. **A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor.** *Interações (Campo Grande)* [online]. 2017, vol.18, n.1, pp.179-190.
- SANTOS, C. B, FARIA, I. F. **Os desafios da educação escolar indígena no alto rio negro.** VII fórum internacional de pedagogia, 2016.
- CANDAU, V. M. F. **Cotidiano escolar e práticas interculturais.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2016, vol.46, n.161.
- PONTUSCHKA, N.N, PAGANELLI, T. L, CACETE, N.H. A linguagem cinematográfica no ensino de Geografia: Tecnologia, informação e conhecimento. **In: Para ensinar e aprender Geografia** – 3º ed. – São Paulo: Cortez, 2009.p. 261-265.
- NERIS, G. C. G, LOPES, C. S. **Trilhas urbanas: a cidade e o ensino de geografia.** Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
- ROCHA, G. O. R, Amoras, I. C. R. **O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia.** Revista Terra Livre, 2016.
- CAVALCANTI, L.S. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. **In: A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana.** – 3ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

PAGANELLI, T. L. Representações gráficas na Geografia. **In: para ensinar e aprender geografia**, pág 291 -319. – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.